

Documento informativo
sobre Migrações,
Refugiados e Tráfico de
Seres Humanos

A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária não governamental de carácter voluntário e sem fins lucrativos, celebrando 150 anos de existência. A sua **missão** consiste essencialmente em prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

A CVP deve reforçar a sua intervenção junto da população mais vulnerável, nomeadamente da população migrante, na Defesa da Dignidade Humana, pondo em prática os Princípios Fundamentais que norteiam a sua actividade, cumprindo com a sua Missão. O desafio ao nível da intervenção nesta matéria passa pelo envolvimento de todos (CVP, Estado, Sociedade Civil e sobretudo os mais vulneráveis), sendo uma mais-valia a concentração de todos os recursos, saberes e práticas, esforços, vontade e ideias para agir de forma mais pró-activa, mais humanitária, mais eficiente e eficaz.

Trabalhar com e para os migrantes vulneráveis é uma das tradições de longa data do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Está enraizada nos seus Princípios Fundamentais e no carácter universal, bem como nos seus voluntários e na ligação que mantém com a comunidade. No entanto, padrões e questões associadas à migração mudam ao longo do tempo. Devemos, portanto, analisar as nossas metodologias de trabalho com e para os migrantes, garantindo que a nossa acção permanece forte, coerente e consciente das questões transversais.

Foi neste sentido que, globalmente, a Cruz Vermelha definiu uma **Política de Migração** que tem os seguintes objectivos:

- Defender os migrantes em situação de vulnerabilidade;
- Oferecer assistência e protecção aos migrantes;
- Defender os seus direitos e dignidade;
- Capacitá-los na procura de oportunidades sustentáveis;
- Promover a inclusão social e a interacção entre migrantes e as comunidades de acolhimento.

A abordagem da Cruz Vermelha às migrações é estritamente humanitária e baseia-se no reconhecimento da individualidade de cada migrante e das suas aspirações. Concentra-se nas suas necessidades, vulnerabilidades e potencialidades, independentemente do seu estatuto jurídico, tipo ou categoria.

A fim de compreender toda a extensão das preocupações humanitárias ligadas às migrações, a nossa **descrição de migrantes** é propositadamente ampla: os migrantes são pessoas que deixam ou fogem da sua residência habitual para viverem em novos lugares – geralmente fora do seu país – em busca de oportunidades ou perspectivas de vida melhores e mais seguras. A migração pode ser voluntária ou involuntária mas, na maioria das vezes, ambas envolvem uma combinação de escolhas e restrições. Assim, esta descrição inclui, entre outros, trabalhadores migrantes, sem estatuto e irregulares. Compreende também os refugiados e requerentes de asilo, apesar de ambos constituírem uma categoria especial no contexto da legislação internacional.

Dada a experiência da CVP em determinados domínios próprios, elegemos como **beneficiários preferenciais** no contexto da intervenção junto dos migrantes os seguintes:

- Migrantes sem protecção legal – Caracterizado pelo grupo de migrantes que não têm documentos e que mais facilmente estão vulneráveis ao abuso e exploração. Carecem de protecção legal, apoio psico-social e sanitário, e informação, orientação e assessoria sobre os seus direitos básicos.
- Migrantes socialmente excluídos – Caracterizado por pessoas pertencentes a grupos minoritários, quer pela sua etnia, filiação política ou religião.

Atendendo a todo o enquadramento já apresentado devem ser priorizadas as seguintes **áreas de acção** na intervenção com migrantes:

- Resposta Humanitária – Assistência ao nível da distribuição de alimentos, apoio psico-social, assistência médica e restabelecimento de laços familiares.

- Integração – Assistência ao nível da informação sobre os direitos e obrigações dos migrantes, repatriados e requerentes de asilo, prestando apoio humanitário sempre que necessário e promovendo a integração ou reintegração através de acompanhamento, orientação e encaminhamento.
- Sensibilização – utilizar a diplomacia humanitária para prevenir e reduzir a vulnerabilidade, defendendo a nível nacional e internacional a promoção dos direitos dos migrantes, sensibilizando os Governos, a comunicação social e o público em geral em favor de uma política de migração justa. Promover o combate ao racismo, à xenofobia e à discriminação. Nesta categoria as Sociedades Nacionais têm um papel primordial e não devem esquecer o estatuto de uma organização independente, neutral e humanitária.

A experiência operacional das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, assim como muitos relatórios sobre a situação dos migrantes nas fronteiras externas da UE demonstraram que as medidas tomadas por vários Estados Membros da UE para evitar a entrada ilegal de imigrantes não só tem um efeito sobre a migração irregular, mas também afecta os potenciais **requerentes de asilo** que estão no seu percurso para aceder a protecção internacional em países da UE. Também no território da UE, os Estados Membros tomaram decisões que restringiram o acesso à protecção. Muitas pessoas fogem de perseguição e da violação dos direitos humanos nos seus países de origem, sendo cada vez mais difícil, senão impossível, chegar a um país seguro, onde possam solicitar a protecção internacional, tal como previsto nos instrumentos internacionais de direitos fundamentais, tais como a Convenção de 1951, a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

A CVP tem fomentado actividades de desenvolvimento comunitário que visam em particular os migrantes, numa perspectiva de promover o contacto e a aprendizagem com a cultura e a Língua Portuguesa. Estas acções têm permitido reflectir e criar respostas às necessidades identificadas, com enfoque na capacitação dos imigrantes em língua, história e cultura portuguesa, bem

como na integração dos cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho, na economia e sociedade local e regional.

Por outro lado, e na sequência de protocolos assinados com o ACM, a CVP tem criado espaços de acolhimento, informação e atendimento para imigrantes em diversas áreas, numa lógica de loja do cidadão, importantes para a promoção da sua integração.

A CVP tem também um **Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares** próprio que se articula com a Rede de Laços Familiares do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho e que é tecnicamente supervisionada pela Agência Central de Pesquisa do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Este serviço procura, entre outros, assegurar a manutenção ou restabelecimento dos laços familiares de pessoas separadas por conflito armado e outras situações de violência, catástrofes naturais, e até por fluxos migratórios. De acordo com os critérios de aceitação de casos de pedidos de localização definidos em 2011, a causa de separação das famílias por motivos relacionados com os fluxos migratórios passou a ser formalmente aceite nos casos de pedidos de localização.

A CVP, em matéria de Refugiados e Requerentes de Asilo é parceira da Rede Alargada de Instituições para o Acolhimento e Integração de Refugiados, desde 2005, com o objectivo principal de diminuir a exclusão social e a discriminação a requerentes de asilo e refugiados, bem como melhorar o sistema de acolhimento e integração desta população.

Ainda em registo de parcerias, em 2012, a CVP aderiu formalmente à PERCO – Plataforma da Cruz Vermelha Europeia de Cooperação para Assuntos de Migrantes, Refugiados e Requerentes de Asilo. A Perco existe para que as Sociedades Nacionais da CV possam trocar informação sobre as suas actividades, promover boas práticas, discutir preocupações comuns e realizar actividades conjuntas de relevo em matéria de Refugiados, Requerentes de Asilo e Migrantes.

A propensão para as pessoas migrarem é um fenómeno comum: contudo verifica-se, cada vez mais, uma diminuição considerável das oportunidades de imigração legal, numa altura em que a capacidade de viajar através das fronteiras se tornou muito mais fácil, e em que o número de pessoas que desejam migrar é cada vez mais elevado, muito mais do que em qualquer outro momento. Deste ponto de vista, o nível de disparidade económica entre as diversas regiões do mundo, contribui para a existência de um grande número de potenciais trabalhadores. Os desfasamentos entre as políticas de imigração e as realidades do mercado, servem para tornar uma grande parte da migração transfronteiriça como ilegal, aumentando a situação de vulnerabilidade dos potenciais trabalhadores migrantes. Esta situação é ainda mais agravada, pois a ilegalidade acarreta consigo a falta de reconhecimento dos direitos dos migrantes nos seus pontos de destino.

Portugal não está imune a este fenómeno que acarreta consigo um conjunto de causas e consequências problemáticas: o crime organizado, a exploração sexual e laboral, as assimetrias endémicas entre os países mais desenvolvidos e os mais carenciados, questões de género e de direitos humanos, quebra de suportes familiares e comunitários.

Num esforço para encontrar os motivos pelos quais as pessoas se tornam vítimas de tráfico, os grandes fenómenos globais, como a globalização, a pobreza, a imigração ilegal, a falta de acesso à educação, as desigualdades sócio-económicas das mulheres e a falta de oportunidades de emprego, têm sido implicados como causas estruturantes do tráfico.

A definição de “**Tráfico de Pessoas**” surge em 2000, com o Protocolo da ONU para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas que o define como o “recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso de força, rapto, coacção, fraude, engano, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade da vítima em relação ao explorador, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sobre outra pessoa, para fins de exploração”.

Em Portugal, o **Tráfico de Seres Humanos** é definido pelo artigo 160º do Código Penal e pela Directiva 2011/36/EU, definindo-se por crime, caracterizado assim:

1 - Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima.

2 - Quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

4 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção.

6 - Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos nº 1 e 2.

O **TSH** afecta todos os países do mundo, enquanto países de origem, de trânsito ou de destino, ou mesmo como uma combinação de todas estas vertentes. O tráfico ocorre, muitas vezes em países pouco desenvolvidos, onde as pessoas se tornam vulneráveis ao tráfico em virtude da pobreza, de situação de pós-conflito ou de outras condicionantes.

A Cruz Vermelha Portuguesa assinou no final do ano de 2012 um Memorando de Entendimento com o **Observatório de Tráfico de Seres Humanos**, organismo do *Ministério da Administração Interna*, para a utilização de um Sistema de Monitorização de Tráfico de Seres Humanos.

Reconhecendo que uma das dificuldades para a identificação de possíveis vítimas de tráfico de seres humanos prende-se com a sua sinalização, o OTSH produziu um Cartão de Sinalização dirigido aos órgãos de polícia criminal e outro para outras entidades públicas bem como para as organizações não-governamentais, que por força da sua missão e atribuições contactam directa ou indirectamente com este fenómeno.

Com a assinatura do Memorando de Entendimento, a CVP ficou comprometida a inserir numa base de dados informação sobre as vítimas/traficantes que sinaliza, com salvaguarda de reserva, sigilo profissional, segredo de justiça e de protecção e conservação de dados.

Assim, por força das actividades já desenvolvidas pela CVP nestes domínios, bem como a perspectiva de vir a desenvolver outras acções de intervenção social junto dos públicos mencionados, faz sentido que as estruturas locais da CVP que tenham propensão ou interesse em desenvolver respostas nesta área de actuação, **identifiquem um interlocutor à Sede Nacional.**

A Sede Nacional dispõe, à data, de uma Área de Desenvolvimento Social, composta por técnicos das áreas sociais e humanas que em variadíssimos domínios de intervenção estão disponíveis para apoiarem a construção de projectos locais ou colaborarem no encontro de soluções às questões que são colocados às estruturas locais. Desta forma, estaremos a reforçar a articulação entre serviços locais e centrais da CVP, promovendo uma imagem comum da nossa organização.

Joana Rodrigues

Março 2015